

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Antecedentes históricos previdenciários do trabalhador e empregador rural.....	13
1. Pro-Rural (Lei Complementar 11/1971) e Previdência Social Rural.....	13
2. Previdência dos empregadores rurais (Lei 6.260/1975).....	18
3. Benefícios por acidente de trabalho (Lei 6.195/1974).....	22
4. Amparo previdenciário para segurados idosos e inválidos (Lei 6.179/1974).....	23
5. Constituição Federal de 1988.....	24
5.1. Princípio da Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.....	25
5.2. Princípio da Garantia do Benefício não Inferior ao Salário Mínimo.....	26
5.3. Redução etária na aposentadoria por idade.....	26
Capítulo 2 – Filiação dos produtores, trabalhadores rurais e pescadores no regime geral de previdência social.....	29
1. Instituição do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).....	29
2. O enquadramento do trabalhador rural no RGPS.....	32
3. Empregado rural.....	39
4. Trabalhador avulso rural.....	43
5. Segurado especial.....	46
5.1. Introdução.....	46
5.2. Produtor rural agropecuário e limitação da área explorada em 4 módulos fiscais.....	49
5.3. Produtor rural extrativista.....	60
5.4. Pescador artesanal.....	60
5.5. Grupo familiar e segurados especiais cônjuges, companheiros e filhos.....	62
5.6. Contratação temporária de trabalhadores.....	66
5.7. Negócios jurídicos e outras fontes de renda permitidas.....	67
5.8. Microempresa do agronegócio com sócios segurados especiais.....	80
5.9. Momento da perda da qualidade de segurado especial.....	81
5.10. Indígena.....	82
5.11. Declaração de quilombola emitida pelo INCRA.....	86
5.12. Acampado.....	87
5.13. Carvoeiro.....	88
5.14. Boia fria.....	89
6. Produtor rural e pescador contribuinte individual (sem regime de subsistência).....	94
7. Contribuinte individual autônomo rural.....	96
8. Garimpeiro (ex-segurado especial e atual contribuinte individual).....	97

Capítulo 3 – Filiação e inscrição do segurado especial	111
1. Filiação e inscrição no CNIS	111
2. Regime jurídico anterior à MP 871/2019 convertida na Lei 13.846/2019	129
3. Regime permanente futuro ainda não regulamentado (declaração anual de segurado especial)	144
4. Regime provisório em vigor de autodeclaração do segurado especial/dependente, DAP, CAF, batimentos e demais instrumentos ratificadores	146
5. Tutorial do INSS para preenchimento da autodeclaração eletrônica	214
6. Inscrição do segurado especial indígena mediante certificação da FUNAI	281
 Capítulo 4 – Contribuições previdenciárias	 305
1. Contribuição previdenciária do segurado especial	305
2. Contribuição previdenciária do empregado e trabalhador avulso rural	308
3. Contribuição previdenciária do contribuinte individual rural	314
4. Contribuição previdenciária substitutiva do empregador rural pessoa física	321
5. Contribuição previdenciária substitutiva do empregador rural pessoa jurídica	333
 Capítulo 5 – Acidente de trabalho do segurado especial	 339
1. Introdução	339
2. Definição de acidente de trabalho	341
3. Doenças equiparadas (ocupacionais)	342
4. Acidente de trabalho por equiparação	470
5. Reconhecimento	473
6. Segurados cobertos	489
7. Prescrição dos benefícios acidentários	492
8. Principais consequências jurídicas do reconhecimento do acidente de trabalho	492
 Capítulo 6 – Regras gerais do plano de benefícios aplicáveis aos segurados especiais	 499
1. Dependentes	499
1.1. Classe I	509
1.2. Classe II	560
1.3. Classe III	564
2. Tempo de serviço e de contribuição	566
2.1. Tempo rural anterior a novembro de 1991	567
2.2. Contagem recíproca do tempo de contribuição	572
3. Indenização previdenciária	580
4. Manutenção da qualidade de segurado especial no período de graça	599
5. Período de carência	636
5.1. Adaptação do conceito legal em número de meses para o segurado especial	637
5.2. Descontinuidade	637
5.3. Exigência e dispensa de período de carência	645
5.4. Regra de transição do artigo 142 da Lei 8.213/91	656
5.5. Benefício por incapacidade e cômputo como período de carência	661
5.6. Regra de ½ do período de carência	674
6. Salário de benefício e renda mensal para o segurado especial	681

Capítulo 7 – Plano de benefícios do rgps para o segurado especial.....	685
1. Aposentadoria por idade rural/pescador artesanal.....	687
1.1. Introdução e segurados acobertados	687
1.2. Idade mínima.....	695
1.3. Período de carência e meios de prova.....	695
1.4. Preenchimento simultâneo dos requisitos	727
1.5. Renda Mensal.....	732
1.6. Data de início do benefício	733
1.7. Regra de transição do artigo 143 da Lei 8.213/91	733
2. Aposentadoria por idade híbrida.....	735
2.1. Período de carência	735
2.2. Dispensabilidade da manutenção da qualidade de trabalhador rural na data de entrada do requerimento - ACP nº 5038261-15.2015.4.04.7100/RS	737
2.3. Período rural remoto (anterior à Lei 8.213/91).....	750
2.4. Idade mínima e demais impactos da Emenda 103/2019.....	756
2.5. Renda Mensal.....	760
2.6. Data de início do benefício	763
3. Aposentadoria da pessoa com deficiência	763
3.1. Introdução	763
3.2. Requisitos	766
3.3. Deficiência e perícia biopsicossocial.....	768
3.4. Renda Mensal.....	781
3.5. Conversões de tempo de contribuição	784
3.6. Temas finais.....	786
4. Aposentadoria por incapacidade permanente	787
4.1. Introdução	787
4.2. Fato gerador	788
4.3. Segurados acobertados	800
4.4. Período de carência.....	800
4.5. Renda mensal.....	834
4.6. Auxílio-acompanhante de 25%.....	837
4.7. Data de início do benefício (DIB)	851
4.8. Revisão administrativa (“pente fino”).....	860
4.9. Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade Laboral – PRBI (“pente fino”)	875
4.10. Retorno voluntário ao trabalho e mensalidades de recuperação.....	889
4.11. Temas finais.....	900
5. Auxílio por incapacidade temporária.....	901
5.1. Introdução	901
5.2. Fato gerador	902
5.3. Segurados acobertados	911
5.4. Período de carência	911
5.5. Renda mensal.....	913
5.6. Antecipação por atestado médico no período da COVID 19	914
5.7. Concessão por atestado médico (ATESTMED)	921
5.8. Alta programada (Cobertura Previdenciária Estimada – COPES)	941
5.9. Data de início do benefício (DIB)	986

5.10. Revisão administrativa (“pente fino”).....	988
6. Auxílio-acidente.....	994
6.1. Introdução.....	994
6.2. Segurados acobertados.....	995
6.3. Fato gerador.....	999
6.4. Dispensa de carência.....	1007
6.5. Renda mensal e reajustamento.....	1008
6.6. Conversão de auxílio-acidente em aposentadoria.....	1010
6.7. Data de início do benefício (DIB).....	1013
6.8. Revisão administrativa (“pente fino”).....	1022
6.9. Acumulação.....	1023
6.10. Anexo III do Regulamento.....	1026
6.11. Temas finais.....	1030
7. Salário-maternidade.....	1034
7.1. Introdução.....	1034
7.2. Extensão do benefício à segurada especial pela Lei 8.861/1994.....	1035
7.3. Dispensa do período de carência pelo STF (ADI 2.110 e 2.111).....	1035
7.4. Flexibilização da idade mínima para a filiação.....	1038
7.5. Concessão no parto.....	1041
7.6. Prazo prescricional quinquenal.....	1043
7.7. Prorrogação durante a internação.....	1046
7.8. Concessão na adoção ou guarda judicial para fins de adoção.....	1051
7.9. Concessão por derivação.....	1067
7.10. Renda mensal.....	1070
7.11. Afastamento da atividade laboral.....	1071
7.12. Temas finais.....	1072
8. Pensão por morte.....	1073
8.1. Introdução.....	1073
8.2. Qualidade de segurado na data do óbito e hipóteses excepcionais de concessão de pensão por morte de ex-segurado.....	1074
8.3. Fato gerador: morte certificada.....	1087
8.4. Fato gerador: morte presumida.....	1087
8.5. Dispensa de período de carência.....	1090
8.6. Data de início do benefício e habilitação tardia.....	1090
8.7. Ação judicial para reconhecimento da condição de dependente.....	1099
8.8. Renda mensal e rateio/reversão de cotas.....	1100
8.9. Hipóteses gerais de cancelamento.....	1107
8.10. Homicídio doloso contra o segurado.....	1111
8.11. Benefício vitalício e temporário para cônjuges e companheiros.....	1114
8.12. Casamento ou união estável com fraude ou simulação.....	1138
8.13. Novo casamento ou união estável do viúvo pensionista.....	1140
8.14. Pensionista com deficiência e exercício de atividade laboral remunerada.....	1145
8.15. Óbitos de esposas antes da vigência da Lei 8.213/91.....	1148
8.16. Pensionista inválido e revisão periódica.....	1151
8.17. Regra especial de sucessão do artigo 112 da Lei 8.213/91 e tema 1.057 do STJ.....	1152
8.18. Temas finais.....	1160

9.	Auxílio-reclusão	1167
9.1.	Introdução	1167
9.2.	Qualidade de segurado especial do preso	1169
9.3.	Espécies de segregação prisional	1169
9.4.	Baixa renda e aplicabilidade do critério legal ao segurado especial	1178
9.5.	Período de carência	1188
9.6.	Renda mensal.....	1189
9.7.	Data de início do benefício	1190
9.8.	Ação judicial para reconhecimento da condição de dependente.....	1194
9.9.	Hipóteses de cancelamento	1195
9.10.	Suspensão do pagamento pela fuga do preso	1196
9.11.	Casamento e nascimento de filho após a prisão do segurado	1200
9.12.	Benefício sem limite de prazo e temporário para cônjuges e companheiros	1202
9.13.	Auxílio-reclusão após a soltura do segurado	1205
9.14.	Atestado trimestral.....	1208
9.15.	Temas finais.....	1210
10.	Abono anual.....	1212
11.	Acumulação de benefícios	1213
Capítulo 8 – Seguro defeso do pescador artesanal (SDPA).....		1239
1.	Introdução.....	1239
2.	Período de defeso	1239
3.	Gestão do benefício pelo INSS	1240
4.	Renda mensal e número de parcelas	1244
5.	Requisitos legais e documentos necessários	1244
6.	Inscrição no Registro Geral de Pesca (RGP)	1249
7.	Prazo para requerimento	1278
8.	Hipóteses de cancelamento.....	1278
9.	Acumulação com benefícios do Programa Bolsa-Família.....	1278
10.	Biometria.....	1279
11.	Defeso 2015/2016.....	1280
12.	Temas finais.....	1285